1. Registre-se esta Portaria no sistema de processos e procedimentos desta Promotoria de Justiça;

2. Cientifique-se a Procuradoria Geral de Justiça, a Corregedoria Geral do Ministério Público e o CAO Criminal, cientificando a conclusão do citado procedimento.

CUMPRA-SE.

Tucuruí-PA, 22 de março de 2011.

RENATO BELINI

Promotor de Justiça da 1ª PJ Tucuruí

**RECOMENDAÇÃO Nº 001/2011-MP/CAOIJ/
CAOCIDADANIA**

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 237026

**RECOMENDAÇÃO Nº 001/2011-MP/CAOIJ/CAO
CIDADANIA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, representado pelas Coordenadorias do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e do Centro de Apoio operacional da Cidadania infra-firmados, usando as atribuições que lhe confere o artigo 62, III da lei nº 057 de 06/12/2006; o artigo 5º, I letra d, da Portaria nº 582/2003-PGJ e os artigos 127 e 129, inciso II da Constituição Federal, e **CONSIDERANDO** que ao adolescente a quem se atribuiu a prática de ato infracional cabe a aplicação das medidas socioeducativas previstas nos incisos I e VI do art. 112 do ECA, devendo a autoridade competente considerar, fundamentalmente, as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, "ex vi" do disposto no art. 100 do referido diploma legal;

CONSIDERANDO que as medidas socioeducativas de privação de liberdade (semi-liberdade e internação) devem ser aplicadas de forma excepcional, quando não houver possibilidade de aplicação das medidas que possam ser cumpridas em meio aberto, conforme dispõe o art. 227, § 3º, inciso V, segunda parte, da Constituição Federal c/c art. 212, *caput*, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que a medida socioeducativa de internação só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional praticado mediante violência ou grave ameaça a pessoas, pelo cometimento reiterado de infrações graves ou pelo descumprimento constante e injustificável da medida anteriormente aplicada;

CONSIDERANDO que cabe aos Estados a responsabilidade de criação de uma política geral destinada ao atendimento de crianças e adolescentes, aí incluída a implantação de centros de internação a adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional, bem como auxiliar o Município na criação das medidas socioeducativas em meio aberto e de proteção, além daquelas medidas destinadas aos pais e responsáveis, conforme prevêm os arts. 101, 112, incisos IV e V, e 129 da Lei nº 8.069/90, que servem de alternativas viáveis e internação;

CONSIDERANDO que a omissão do Poder Público penaliza o adolescente, já que inexistem, na maioria dos Municípios paraenses, programas de aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, o que resulta, via de regra, na imposição de medidas de privação de liberdade, o que deveria constituir exceção;

CONSIDERANDO que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – preconiza a municipalização das medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, tendo em vista que elas têm como *lucus* privilegiado o espaço e os equipamentos do município e por haver maior efetividade de inserção social, na medida em que possibilitam a participação do adolescente na comunidade em que reside;

CONSIDERANDO a necessidade de se fazer efetivo os dispositivos da Lei nº 8.069/90 e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, no que diz respeito às necessidades socioeducativas em meio aberto, posto que sua implantação é *condition sine qua non* para a reabilitação do adolescente que praticou ato infracional;

CONSIDERANDO que, nos Municípios deste Estado, têm-se verificado, com frequência, a permanência nas delegacias de polícia de adolescentes envolvidos na prática de ato infracional

além do prazo máximo de 05 (cinco) dias previstos no § 2º do art. 185 do ECA, agravado pela falta de *incontinenti* comunicação da sua apreensão ao Juízo da Infância e da Juventude, à família ou à pessoa indicada pelo adolescente, consoante o disposto no art. 107 do mesmo Estatuto;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público fiscalizar a aplicação das leis, e promover a implementação legal, assegurando a efetiva proteção integral e o atendimento digno e absolutamente prioritário à criança e ao adolescente;

RESOLVEM RECOMENDAR, SEM CARÁTER VINCULATIVO, AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA COM ATUAÇÃO NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO ESTADO DO PARÁ:

I – Que os Promotores de Justiça garantam, junto ao Executivo Municipal e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde houver, a implantação, ampliação e/ou reavaliação do Programa de Atendimento à Infância e Juventude, principalmente os referentes às ações protetivas e socioeducativas em meio aberto, que correspondem às medidas no art. 101, inciso II, IV, V e VI, art. 112, inciso III e IV e art. 129, inciso I, II, III e IV, todos da Lei nº 8.069/90, e que sirvam inclusive de intervenção preventiva e protetiva à família do adolescente, como alternativas viáveis a internação;

II – Que sejam utilizadas as medidas judiciais cabíveis, caso seja inviável a negociação, compelindo o Poder Público a garantir o atendimento à criança e ao adolescente em cada Município;

III – Que os representantes do Ministério Público atendem para casos legais em que é permitida a aplicação de medida socioeducativa de internação e, havendo a possibilidade de aplicação de outra medida, prevalecerá esta última;

IV – Que seja observado o prazo máximo de permanência do adolescente nas delegacias de polícia previsto no art. 185, § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (05 dias), devendo nesse período ser providenciada transferência para entidade de atendimento preferencialmente situada no município ou em localidade mais próxima, posto que a permanência além desse prazo configura o crime previsto no art. 235 do ECA;

V – Que a medida socioeducativa deve ser cumprida em estabelecimento exclusivo para adolescentes, observados os critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, além dos direitos estabelecidos pelo art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI – Que, nos casos em que o adolescente se encontre privado de sua liberdade, o prazo para a condução da Ação Socioeducativa não ultrapasse 45 dias, sob pena de a autoridade responsável ser responsabilizada pela prática do crime previsto no art. 235 do ECA;

VII – Que, nos casos de cumprimento de internação provisória, em que o adolescente deva ser encaminhado para outro Município, faz-se necessária que a audiência em continuação já esteja pela autoridade judiciária, que ocorrerá nos moldes do art. 186, § 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Belém/PA, 31 de março de 2011.

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Promotora de Justiça – Coordenadora do CAOIJ

NATANAEL CARDOSO LEITÃO

Promotor de Justiça – Coordenador do CAO Cidadania

**RECOMENDAÇÃO Nº 002/2011-MP/2011/CAOIJ/
CAOCIDADANIA**

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 237029

**RECOMENDAÇÃO Nº 002/2011-MP/2011/CAOIJ/
CAOCIDADANIA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, representado pelas Coordenadorias do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e do Centro de Apoio operacional da Cidadania infra-firmados, usando as atribuições que lhe confere o artigo 62, III da lei nº 057 de 06/12/2006; o artigo 5º, I letra d, da Portaria nº 582/2003-PGJ e os artigos 127 e 129, inciso II da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009, o direito à convivência familiar e comunitária

de crianças e adolescentes passa a receber maior destaque na legislação pátria por constituir a base da formação psicossocial do indivíduo, além de servir a partir daí como norte para as ações daqueles que atuam na área da Infância e Juventude;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1996) traz em seu art. 4º, inciso III o direito à convivência familiar e comunitária como princípio da assistência social, e a proteção da família, da criança e do adolescente como um dos objetivos desta prática (art. 2º, inciso I);

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Assistência Social – PNAS determina ser dever do Estado e Município a implantação e manutenção dos serviços de proteção social espacial considerado de alta complexidade, voltados para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vítima ou sob ameaça de violência, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (atendimento integral institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora);

CONSIDERANDO que acabe aos Municípios a responsabilidade de criação e manutenção de uma política geral destinada ao atendimento de crianças e adolescentes, aí incluída a implantação de programas de acolhimento familiar e institucional, bem como medidas de proteção destinadas aos pais e responsáveis, conforme prevêm os arts. 101 e 129, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que tem ocorrido nos municípios deste Estado, o envio de crianças e adolescentes para as entidades de acolhimento da capital, devido a falta de programas de acolhimento, ocasionando o afastamento do convívio com sua comunidade e a superlotação dos estabelecimentos;

CONSIDERANDO ainda que é dever do Ministério Público fiscalizar a aplicação das leis, e promover a implementação legal, assegurando a efetiva proteção integral e o atendimento digno e absolutamente prioritário à criança e ao adolescente;

RESOLVEM RECOMENDAR, SEM CARÁTER VINCULATIVO, AOS PROMOTORES DE JUSTIÇA COM ATUAÇÃO NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO ESTADO DO PARÁ:

I – Que os representantes do Ministério Público garantam, junto ao Executivo Municipal e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde houver, a implantação, ampliação e/ou reavaliação do Programa de Atendimento à Infância e Juventude, principalmente os referentes às ações protetivas, que correspondem às medidas previstas no art. 101, incisos II, IV, V, VI, VII e VIII, e art. 129, inciso, I, II, III e IV, todos da Lei nº 8.069/90, e que sirvam inclusive de intervenção preventiva e protetiva à família da criança e do adolescente;

II – Que sejam utilizadas as medidas judiciais cabíveis, caso seja inviável a negociação, compelindo o Poder Público a garantir o atendimento à criança e ao adolescente em cada Município;

III – Que seja priorizada a proteção do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, de acordo com a Lei nº 12.010/2009, prevalecendo a excepcionalidade e brevidade das medidas protetivas de acolhimento institucional e familiar (art. 101, § 1º do ECA);

IV – Que, nas localidades onde inexistente Programa de acolhimento institucional, e havendo extrema necessidade de aplicação desta medida, a criança ou adolescente deverá ser encaminhado para outro Município que o tenha, devendo o juízo do Município onde a medida deverá cumprida ser informado sobre o fato;

V – Que a medida protetiva de acolhimento familiar, na análise do caso concreto, prevaleça sobre o acolhimento institucional, como forma de amenizar os danos sofridos pela criança ou adolescente afastado da sua família natural;

VI – Que seja promovido o acompanhamento e o amparo da família que receberá a criança ou adolescente em seu lar, assim como da família de origem deste, com o intuito de reverter, na medida do possível, a aplicação da medida protetiva e efetivar o retorno da criança ou adolescente para a sua família biológica;

VII – Que a decisão do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade